

Notas e informações

Tardio fim de uma novela maçante

ESTADO DE SÃO PAULO

As negociações sobre a dívida externa que se haviam iniciado a 2 de outubro, entre o governo brasileiro e os bancos credores, tiveram um desfecho anteontem à noite, sem ter chegado, definitivamente, ao término. Não sabemos o que ressaltar nesta arrastada e cansativa novela, aliás inutilmente prolongada: se a paciência dos interlocutores, o desassombro com que o ministro da Fazenda enfrentou as críticas dos irresponsáveis próceres do PMDB, a vacuidade da moratória, que custou caro ao País, ou o reconhecimento, por este, de que "fora do FMI não há salvação". Todos estes aspectos da questão são importantes, mas convém notar que se chegou apenas ao fim da primeira parte desta novela maçante e que o desfecho final dependerá, principalmente, do que irá acontecer, nos próximos meses, no domínio da política econômica e da política propriamente dita.

O sr. Luiz Carlos Bresser Pereira, logo após ter assumido as rédeas do Ministério da Fazenda, julgou que a moratória unilateralmente decretada em fevereiro havia sido um grave erro e que, para se retomar o crescimento econômico, seria necessário reatar o diálogo com a comunidade financeira internacional, pública e privada. Externou clara e praticamente esse ponto de vista ao designar como seu assessor em tal matéria o sr. Fernão Bracher, que se havia demitido da presidência do Banco Central precisamente por discordar da decisão tomada pelo então ministro Dílson Funaro de decretar a moratória. Os banqueiros estrangeiros conheciam a posição do sr. Bracher, como também suas idéias sobre a renegociação, que se afigurava difícil. Consideravam-no um interlocutor rígido, porém respeitável.

Ao contrário do que imaginara a anterior equipe econômica do governo, a moratória, longe de fortalecer o Brasil, acabou por enfraquecê-lo, pois as reservas acumuladas em consequência da suspensão do pagamento dos juros foram anuladas pelas perdas de divisas

que sucederam a tal decisão. O único trunfo que o Brasil tinha em mãos era a ameaça, que pairava sobre os bancos norte-americanos, de degradação dos créditos do Brasil, que, por suas consequências, se agravava ainda mais com a crise do mercado de ações. Essa ameaça pesava também sobre o Brasil, que, com o rebaixamento de categoria, não mais conseguiria obter *new money* dos bancos. Mas o trunfo brasileiro, no jogo com os bancos norte-americanos, não valia para o jogo com as instituições dos outros países, mais capacitados a suportar um *default* do Brasil. O que há de positivo no acordo que acaba de ser assinado é o fato de terem os bancos europeus e japoneses concordado em "ajudar" os Estados Unidos.

O governo brasileiro, sufocado por um PMDB irresponsável, havia imprudentemente anteposto ao início da renegociação declarações provocadoras para os credores, desde a exigência de transformação de parte da dívida em títulos de longo prazo até a de um *spread* zero, repelindo também qualquer vinculação do acordo com os bancos a um acordo com o FMI. Com o passar dos dias, estas exigências foram-se atenuando, até que se chegou a um acordo que está longe de corresponder aos primeiros ensaios. Temos de louvar a firmeza do ministro Bresser Pereira, que soube resistir às pressões do partido governista, instado a manter uma posição inflexível pelo mesmo homem que, com seu Plano Cruzado e sua moratória levou a economia nacional à situação em que hoje se encontra.

O acordo assinado quinta-feira última não configura, certamente, uma solução esplêndida, tal como o Brasil desejaria. Nosso governo poderia tê-lo assinado em fevereiro, quando se evidenciava que não havia condições de honrar os compromissos. Aliás, poderia ter sido até melhor firmá-lo naquela ocasião, pois o novo acordo, além de exigir para um financiamento de curto prazo *spread* ligeiramente mais alto que o do México, envolve comissões que elevam o *spread* total para 1,125%,

além da taxa da *Libor*, sem nenhuma restrição cautelar contra uma eventual elevação das taxas de juros nos próximos meses.

O novo acordo prevê um empréstimo-ponte que o País terá de reembolsar em 30 de junho de 1988, na esperança de, até lá, chegar a um acordo global. Mas esse empréstimo será efetivo em duas etapas: em dezembro próximo uma parcela de um bilhão de dólares, e a outra parcela, de dois bilhões, depois da assinatura do acordo definitivo.

Importa, portanto, assinalar o caráter condicional e provisório do acordo, que, até agora, permite apenas encontrar uma fórmula de curto prazo para a suspensão parcial da moratória. O governo brasileiro teve de aceitá-lo sem estar seguro de conseguir um acordo de maior amplitude. De resto, não há dúvida que, nos próximos meses, os bancos credores observarão atentamente a evolução da situação econômica e política de nosso país.

O Brasil — isto merece realce — deixou claramente expresso seu propósito de voltar a integrar a comunidade financeira internacional (o comunicado dos bancos credores reconhece que um primeiro passo acaba de ser dado nesse rumo), e também de chegar a um acordo com o FMI. O telex enviado aos bancos credores esclarece, muito sutilmente, que o Brasil entende que não deve haver ligação entre os desembolsos dos bancos credores e os decorrentes de algum acordo com organismos internacionais. Os bancos não revelaram se subscrevem essa proposição e, portanto, pode-se supor que tenham preferido deixar a questão em aberto para discuti-la mais tarde.

Deu-se um bom passo à frente na caminhada rumo à reintegração do Brasil no cenário internacional. Mas foi apenas um passo, que não oferece nenhuma proteção contra um futuro malogro, que poderia advir, por exemplo, da atuação de outra equipe econômica, mais "sensível" às pressões crescentes dos irresponsáveis visionários do PMDB.